

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 1.100 DO CONSELHO PLENO  
Sessão realizada por videoconferência**

01	Aos dezessete dias de agosto de dois mil e vinte e três, às catorze horas, realizou-se a Sessão
02	Plenária nº 1.100, em ambiente virtual, sob a presidência da <b>Conselheira Teresa Roserley</b>
03	<b>Neubauer da Silva – Rose Neubauer</b> . Contou com a presença das Conselheiras Titulares
04	Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Fátima Cristina Abrão, Guiomar Namó de Mello, Karen
05	Martins Andrade Pinheiro, Lucimeire Cabral de Santana, Neide Cruz e Simone Aparecida
06	Machado, e dos Suplentes Carmen Lucia Bueno Valle, João Alberto Fiorini Filho, Lucilene
07	Schunck Costa Pisaneschi, Silvana Lucena dos Santos Drago e Vera Lucia Wey. No <b>Expediente</b>
08	<b>da Presidência</b> , a <b>Conselheira Rose Neubauer</b> deu boas-vindas a todos e justificou ausência da
09	Conselheira Titular Sueli Aparecida de Paula Mondini, registrando a Suplente Silvana Lucena
10	dos Santos Drago no exercício da titularidade, e ausência dos Suplentes Alexsandro do
11	Nascimento Santos e Luci Batista Costa Soares de Miranda. Colocou em discussão a Ata da
12	Sessão Ordinária do Pleno nº 1.099, de 10/08/2023, que foi aprovada. Em seguida, a
13	Presidente <b>Conselheira Rose Neubauer</b> passa à <b>Ordem do Dia: 1) Apresentação “O que cabe a</b>
14	<b>nós fazer, agora, para avançar na construção da Cultura de Não Violência e da Justiça</b>
15	<b>Restaurativa no Brasil?” – pesquisadora convidada Prof<sup>a</sup> Madza Ednir</b> . A Presidente
16	<b>Conselheira Rose Neubauer</b> recepciona a Prof <sup>a</sup> Madza Ednir na sala virtual, agradecendo por
17	ter aceitado o convite para conversar com os Conselheiros Municipais de Educação sobre
18	Justiça Restaurativa, apresentando em seguida um breve currículo da convidada: Madza Ednir
19	é educadora e comunicadora comprometida com o fortalecimento da democracia, consultora
20	sênior do CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular. É Pedagoga pela Universidade de São
21	Paulo, Mestre em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
22	atuou na década de 1970 como professora alfabetizadora, coordenadora pedagógica e
23	diretora em escolas públicas do município de São Paulo. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000
24	participou, enquanto comunicadora, das gestões democráticas da Secretaria Municipal de
25	Educação de São Paulo e Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. É autora, coautora e
26	editora de inúmeras publicações sobre Educação e Direitos de Cidadania, destinadas a
27	educadores, gestores e outros agentes de mudança, como <i>“Mestres da Mudança-Liderar</i>
28	<i>Escolas com a Cabeça e o Coração”</i> (2006) e <i>“Conflitos na Escola, Modos de Transformar”</i>
29	(2009). Seu primeiro livro, <i>“A Escola Pública e o Desafio do Curso Noturno”</i> (1983), foi escrito
30	com a Conselheira Rose Neubauer, a convite dela. Liderou no CECIP projetos de Facilitação de
31	Mudanças Educacionais (1996-2016); implementação, nos sistemas públicos de ensino, da
32	Justiça Restaurativa (2004-2008) e Educação para a Cidadania Global (desde 2010). A partir de
33	2016, tornou-se uma das impulsionadoras, no Brasil, da Campanha por um Currículo Global da
34	Economia Social Solidária, deflagrada na Argentina e apoiada pelo CECIP. Atualmente, está
35	empenhada na disseminação da abordagem de Ativismo de Histórias da autora Mary Alice
36	Arthur, por acreditar que suas estratégias estão afinadas com os princípios da Pedagogia do
37	Abraço do CECIP. Em seguida, a <b>Conselheira Rose Neubauer</b> passa a palavra para início da

38 apresentação. Com a palavra, a **Profª Madza Ednir** saúda todos os Conselheiros falando da  
39 alegria de participar da sessão do CME, a convite da Conselheira Rose Neubauer. Cumprimenta  
40 especialmente a Conselheira Guiomar Mello, sua mestre e mentora no início da sua caminhada  
41 de educadora. A **Profª Madza Ednir** inicia dizendo que estamos desde o início dos anos 2000  
42 mergulhados em uma paisagem em que sobressaem os aspectos sombrios e ameaçadores, em  
43 meio ao agravamento da crise ambiental e o enfraquecimento dos valores democráticos,  
44 quando testemunhamos ataques a escolas e creches, dilacerantes mortes de crianças e  
45 adolescentes em tiroteios promovidos por adultos, incentivo à compra e utilização de armas  
46 de fogo, elogios à brutalidade e à vingança. Diante disso, a **Profª Madza Ednir** pergunta: o que  
47 cabe a nós fazer, agora, para alimentar e avançar a cultura de não violência e da Justiça  
48 Restaurativa em nosso país? Provocando o debate sobre essa questão, deseja contar histórias  
49 que emergiram ao longo de seus 50 anos de estrada, buscando um mundo mais bonito e mais  
50 justo para as crianças e jovens por meio da educação e da comunicação. As macro-histórias  
51 econômica, social e cultural emergem do entretecer de milhares de micro-histórias individuais,  
52 que moldam e são moldadas pela grande História, perspectiva que ficou mais evidente a partir  
53 de 2015 quando começou a atuar no CECIP com a abordagem chamada Ativismo de Histórias,  
54 de Mary Alice Arthur, autora norte-americana cujo mote é: vivemos em uma história, por isso  
55 podemos transformá-la. Para Mary Alice Arthur, ser um ativista de histórias é tomar  
56 consciência das histórias que atuam dentro e ao redor de nós, para identificar, acolher e  
57 conectar aquelas histórias capazes de ativar futuros felizes e sustentáveis. A **Profª Madza Ednir**  
58 cita o escritor uruguaio Eduardo Galeano, que dizia que não somos feito de átomos, e sim de  
59 histórias, e Mary Alice Arthur sugere que cada um de nós é um campo de histórias que se  
60 cruzam e que se influenciam mutuamente, e as histórias que nos constituem se assemelham  
61 também a um conjunto de rios entrelaçados, cuja identidade se conserva enquanto suas águas  
62 se misturam. As histórias de nossa cultura, família, grupos de amigos e amores nos atravessam  
63 costurando uma trama que nos define e que vai se redefinindo ao longo do tempo. A relação  
64 dessas histórias, com tempo, não é linear, mas circular, em que passado, presente e futuro se  
65 fundem e se influenciam mutuamente. A **Profª Madza Ednir** remeteu-se a sua história na  
66 jornada pela paz e Justiça Restaurativa no Brasil, iniciada nos anos de chumbo da década de  
67 1970 quando começou a atuar como professora na Vila Santa Isabel, zona leste de São Paulo, e  
68 ao futuro distante, 2223, daqui 200 anos, quando os seus sonhos continuarão existindo. O  
69 futuro nós sabemos agora, é sempre surpreendente, não se presentificando na forma que o  
70 imaginamos, porém sempre revela de alguma maneira seu parentesco com nossas ações e  
71 ideias passadas, como diz Mary Alice Arthur: se você quer saber quem é, olhe para aquilo  
72 que você já fez, se você quiser saber o que vai ser, olhe para o que você está fazendo agora. A  
73 **Profª Madza Ednir** conta que no começo dos anos 1970 não conhecia os conceitos de não  
74 violência e da resistência pacífica, no entanto já iniciava seu trabalho pela paz ao promover a  
75 democracia na escola pública, em tempos de Ditadura. Jean-Marie Muller, fundador do  
76 instituto de pesquisa sobre a resolução não violenta de conflitos da França, afirma que a  
77 democracia acontece quando as pessoas se reconhecem como iguais, e decidem unir-se para  
78 agir juntas e construir um futuro comum, e a política democrática se baseia na discussão  
79 livre no debate democrático, enfim, no diálogo. Essa ação política democrática é o grande

80 antídoto para a violência, pois esta acontece apenas quando o diálogo é interrompido. A **Profª**  
81 **Madza Ednir** coloca então que a construção da paz é indissociável da construção da  
82 democracia participativa, da ampliação de espaços abertos à conversação entre os diferentes,  
83 do conflito que nasce do choque entre perspectivas diversas, essencial ao surgimento do novo.  
84 E foi exatamente nessa atmosfera de diálogo que criou na EMEF Bartolomeu Lourenço de  
85 Gusmão, periferia de São Paulo, na vigência da macro-história do autoritarismo e de  
86 silenciamento dos divergentes, fazendo do espaço educativo um centro estratégico de  
87 transformações individuais e comunitárias democráticas pela paz, discutindo nas reuniões  
88 pedagógicas o sentido e o significado de cada uma das disciplinas do currículo para a vida das  
89 crianças e jovens, examinando a origem das diferentes áreas do conhecimento a partir das  
90 práticas sociais, constatando a evolução contínua no tempo, por meio da contribuição de  
91 milhares de seres humanos de diferentes culturas e continentes, convidando jornalistas e  
92 ativistas sociais para visitar a escola e conversar com professores e estudantes sobre aspectos  
93 da realidade nacional, conectando-os aos temas atuais das aulas. Todos os funcionários da  
94 escola, não apenas os professores, eram respeitados em sua dignidade enquanto educadores  
95 não formais responsáveis por ensinar valores por meio de suas práticas, organizavam  
96 periodicamente, aos finais de semana, mutirões de limpeza e embelezamento da escola,  
97 recrutando voluntários entre o corpo docente, administrativo, estudantes e seus familiares, ao  
98 som das suas músicas prediletas terminando com um grande lanche nas mesas do refeitório.  
99 Faziam concursos para selecionar e premiar as salas de aula mais bonitas e verdes, conectados  
100 a influência das plantas no desenvolvimento cognitivo, conforme Stefano Mancuso.  
101 Enriqueciam o currículo com atividades nas quais os estudantes eram protagonistas,  
102 produziam um jornal feito pelos alunos, intitulado “*Pombo Correndo*”, com matérias das  
103 crianças de todas as salas de aula, aprendiam e se divertiam com festivais de canção e teatro e  
104 campeonatos esportivos, faziam excursões em museus. Essas práticas político-pedagógicas  
105 que desenvolviam a época, aconteciam em centenas de outras escolas como aquela, sem  
106 coordenação central, bastando existir naquela escola educadores que resistiam pacificamente  
107 ao autoritarismo ditatorial imposto em 1964 por forças civis e militares. A **Profª Madza Ednir**  
108 afirma que é possível identificar em todas essas práticas os elementos indispensáveis para a  
109 construção de uma cultura que promove a paz e previne violências, superando a fragmentação  
110 que está por trás de todas as violências, estimulando a interconexão entre tudo e todos,  
111 acontecendo então o fim do isolamento, da desconfiança, do medo, e sua substituição por  
112 solidariedade e cooperação entre todos, através do diálogo mediado por atividades culturais e  
113 artísticas, com interdisciplinaridade e relação com outros aparelhos sociais. Os conceitos de  
114 Cidade Educadora, de Bairro Escola e Territórios Educativos já estavam embutidos nessa  
115 prática. Essa trama da história da **Profª Madza Ednir** se cruzou nas décadas de 1980 e 1990  
116 com histórias ainda mais potentes de educadores do Brasil, como Rose Neubauer, Guiomar  
117 Mello, Dermeval Saviani, Bernardete Gatti, Lisete Arelaro, Paulo Freire, e muitos outros, além  
118 de educadores de outros países como Rosa Maria Torres (Equador) e Alicia Cabezu (Argentina).  
119 Cada uma dessas pessoas era como se fosse um rio poderoso, rios que se  
120 entrelaçavam uns com os outros e com milhares de pequenos afluentes como ela, que fluíam  
121 juntos movidos pela intenção comum de criar democracias reais, participativas, geradoras de

122 justiça social, econômica, cognitiva, ambiental, enfim, uma justiça que é a base de toda paz,  
 123 uma paz criativa, sonora, inquieta. A **Profª Madza Ednir** lembra quando, no início da década de  
 124 1980, esteve presente em uma equipe de mulheres liderada pelas atuais Conselheiras Guiomar  
 125 Mello e Rose Neubauer, que estavam a frente da SME, abrindo as escolas à comunidade nos  
 126 finais de semana e que criaram os Conselhos de Escola deliberativos, com paridade entre  
 127 educadores, estudantes e seus familiares, e que juntos poderiam participar das decisões sobre  
 128 os rumos da educação em suas unidades. Esteve presente também, no início da década de  
 129 1990, quando a equipe do Prof. Paulo Freire instituiu na SME o orçamento participativo, e  
 130 possibilitou que em cada uma das escolas municipais de São Paulo equipes docentes,  
 131 funcionário, estudantes e familiares discutissem e definissem prioridades educacionais de  
 132 investimento financeiro. Nesses dois momentos, a **Profª Madza Ednir** diz ter tido a  
 133 oportunidade de participar da implementação de políticas públicas educacionais democráticas,  
 134 que promoviam em larga escala o desenvolvimento de competências e habilidades cidadãs  
 135 essenciais para a construção da não violência e ampliação de direitos, como as de argumentar,  
 136 negociar, ceder, reivindicar, tudo sem agredir os diferentes. Mas foi apenas no início dos anos  
 137 2000 que a **Profª Madza Ednir** fez parte da iniciativa que, para ela foi a mais significativa em  
 138 promover a democracia e a não violência, quando fez parte da equipe da Conselheira Rose  
 139 Neubauer no momento em que ela liderava uma iniciativa que atacou de frente uma das  
 140 grandes causas da violência em nosso país: o racismo estrutural. Ativistas como Cida Bento,  
 141 cofundadora em 1991 do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades  
 142 (CEERT), iniciaram a denúncia de que a herança escravocrata permeava a estrutura de  
 143 sistemas de organizações sociais brasileiras, racismo estrutural que não é conscientemente  
 144 assumido, mas se manifesta em normas e condutas aparentemente objetivas que na realidade  
 145 perpetuam os privilégios dos brancos e discriminam as pessoas de pele escura. Desde a década  
 146 de 1970, a **Profª Madza Ednir** diz que a Conselheira Rose Neubauer, como pesquisadora da  
 147 Fundação Carlos Chagas, já investigava os mecanismos internos de seletividade presentes na  
 148 escola pública, dela expulsando quem mais precisava de acesso à educação formal. Como  
 149 dirigente da Secretaria Estadual de Educação, entre 1995 e 2002, a Conselheira Rose Neubauer  
 150 ergueu sua voz contra processos avaliativos que reprovavam sistematicamente as crianças e  
 151 jovens das classes populares mais pobres e, coincidentemente, eles eram pretos e pardos, que  
 152 acabavam convencidos de sua própria incompetência e inferioridade. Ao instaurar o sistema  
 153 de aprendizagem em ciclos de progressão continuada, a equipe gestora da Secretaria acabou  
 154 como essa violência do racismo estrutural, enfrentou conflito com docentes e famílias que na  
 155 contramão do que as pesquisas revelavam entendiam a reprovação como algo necessário para  
 156 a melhoria na qualidade de ensino. A defesa do direito de todas as crianças e jovens, sem  
 157 distinção de cor e condição social, a terem acesso aos conhecimentos sistematizados pela  
 158 humanidade, contribuiu para a realização do que chamamos de Justiça Cognitiva,  
 159 indispensável à cultura de paz. Pouco tempo depois, a **Profª Madza Ednir** teve a oportunidade  
 160 de tomar consciência de como o sistema educacional e o sistema de justiça desenvolviam uma  
 161 cruel simbiose na operacionalização de processos de exclusão social impulsionadores de  
 162 violências, podendo participar do nascimento de uma parceria inédita entre justiça e educação  
 163 para tornar a justiça educativa e a educação justa, desmontando a violência sistêmica contra a

164 população mais pobre. Nessa época a **Profª Madza Ednir** era servidora pública municipal  
165 aposentada, e passou a se dedicar em tempo integral ao trabalho de comunicadora e  
166 facilitadora de mudanças educacionais no CECIP, organização que lhe atraiu por sua missão de  
167 fortalecer a democracia local e global por meio da educação e da comunicação, da arte e da  
168 tecnologia, criando conhecimentos e modos de fazer que influenciam políticas públicas que  
169 promovem os direitos da humanidade e da natureza. Em 2004, o CECIP foi procurado por um  
170 jovem juiz, Eduardo Rezende Melo, para que apoiasse na comunicação de um projeto no qual  
171 ele e alguns colegas estavam empenhados: a implantação no Brasil da Justiça Restaurativa. Era  
172 uma justiça diferente da tradicional, que não se baseava em punição de faltas cometidas, mas  
173 em reparação de danos causados, e na restauração de direitos desrespeitados, inspiradas em  
174 experiências já institucionalizadas na Nova Zelândia, África do Sul, Reino Unido, Canadá e  
175 Estados Unidos, política que foi abraçada pelo Ministério da Justiça à época. As conversações  
176 do CECIP com os juízes Eduardo Rezende Melo, Egberto de Almeida Penido, e com o  
177 especialista em comunicação não violenta Dominic Barter, resultaram no projeto *“Justiça*  
178 *Restaurativa e Comunitária em São Caetano do Sul”*, implementado em escolas públicas da  
179 Rede Estadual de Ensino daquela cidade, e de cuja a fase inaugural entre 2005 e 2008 a **Profª**  
180 **Madza Ednir** participou ativamente. Nesse momento, tomou consciência, com uma clareza  
181 dolorosa, da forma pela qual procedimentos naturalizados pelas instituições do sistema  
182 público de ensino e pelas instituições do sistema de justiça se apoiavam mutuamente para  
183 reforçar o racismo estrutural presente em nossa sociedade, através de um ensino ritualizado,  
184 desprovido de significado, por meio de uma avaliação punitiva e estigmatizadora, de um  
185 sistema disciplinar afinado com os princípios do Direito Penal, as escolas públicas afastavam de  
186 si os filhos das famílias mais pobres, de culturas não letradas, uma grande maioria de pele  
187 escura, e os empurravam para o sistema de justiça. Enquanto as meninas sem escola  
188 engravidavam precocemente, os meninos tinham carimbado o seu passaporte para o mundo  
189 do crime; enquanto as portas das escolas se fechavam aos menos privilegiados, aos menos  
190 brancos, os portões das prisões a eles se escancaravam. A precarização cada vez maior da  
191 profissão docente dificultou a formação de vínculos entre alunos e professores, esses últimos  
192 forçados a trabalharem em duas ou mais unidades de ensino se quisessem garantir um salário  
193 adequado. Ao mesmo tempo, o contato crescente dos adolescentes e jovens, mesmo os mais  
194 pobres, com as novas tecnologias de comunicação e informação, tornou subitamente obsoleto  
195 o modelo das carteiras enfileiradas ocupadas por alunos silenciosos diante de docentes donos  
196 da verdade. O professor precisa investir-se, agora, da autoridade que provém de não parar de  
197 aprender nunca, construindo conhecimentos que precisam ser colocados em dúvida e revistos  
198 a cada hora, uma autoridade que vem da capacidade de conectar o conhecimento com a vida  
199 e, o que é essencial, esse professor precisa ter o dom de se conectar enquanto ser humano  
200 com a humanidade das crianças e jovens com os quais convive. Se isso não acontecer, sua  
201 autoridade se desvanece no ar, não é mais possível impor como antes, de cima para baixo, a  
202 disciplina na escola e na sala de aula. Em 2008, escreviam no livro *“Justiça Restaurativa e*  
203 *Comunitária em São Caetano do Sul”*: a partir da década de 1990, observa-se em escolas de  
204 grandes metrópoles, como São Paulo, a tendência de criminalizar as infrações disciplinares  
205 cometidas por adolescentes e jovens, encaminhando alunos à justiça por atos de vandalismo,

206 ameaças ou agressão violenta, ocorrências que antes eram tratadas como eventos graves e  
207 recebiam sanções previstas dentro do sistema disciplinar da escola, hoje são vistas como casos  
208 de polícia. Em pleno século XXI, a punição era considerada, tantos nas famílias como no  
209 sistema escolar, como no sistema de justiça, um meio eficaz de se promover mudanças  
210 permanentes de comportamento, uma premissa que já era questionada no século XIX, e no  
211 século XX havia sido considerada obsoleta pela ciência. A Justiça Restaurativa veio então  
212 convidar os agentes da educação e do direito a mudar modelos mentais ultrapassados. Tanto a  
213 Justiça Restaurativa quanto a Educação Democrática deixam de lado a forma piramidal,  
214 hierárquica de funcionar, e em vez dela adotam uma abordagem circular, em que todos estão  
215 no mesmo plano aprendendo uns com os outros em suas diferenças de perspectivas, de  
216 conhecimentos, de experiências, de histórias. Assim como na educação transformadora, na  
217 Justiça Restaurativa a pessoa que erra, ou se desvia da norma, não é estigmatizada ou punida:  
218 ela é sim convidada a examinar o erro, a refletir sobre os caminhos que levaram ao erro, a  
219 aprender com ele, e então o superar. Jovens, adolescentes e adultos que praticam infrações  
220 nunca são tratados como indivíduos isolados, mas em sua relação com os grupos aos quais  
221 pertencem e todos os que, direta ou indiretamente, estão envolvidos no acontecido e na sua  
222 superação. A **Profª Madza Ednir** diz que, quase depois de duas décadas da introdução da  
223 Justiça Restaurativa no Brasil, as práticas restaurativas estão disponíveis em escolas de  
224 comunidades e em Tribunais, muitas são as publicações a respeito com estratégias para  
225 prevenir as violências em escolas e comunidades e lidar com as suas consequências quando ela  
226 eclode sem a agravar. O importante a ressaltar é o quanto essas práticas restaurativas são  
227 essenciais para a construção da paz e o quanto são importantes por serem baseadas no  
228 diálogo, recusando-se a lidar violentamente com os conflitos e com a violência, não  
229 desumanizando as pessoas que praticam ações condenáveis, não as estigmatizando e nem  
230 abandonando congeladas em seus piores momentos, rotulando-as como delinquentes,  
231 bandidos, criminosos ou monstros. Para a **Profª Madza Ednir** é muito mais fácil dizer que a  
232 pessoa que cometeu o crime foi abatida pela polícia: a linguagem facilita a violência, pois  
233 desumaniza. Pessoas rotuladas como delinquentes, criminosas ou monstros têm um rótulo na  
234 testa com os dizeres: essas podem ser descartadas. As práticas restaurativas inseridas na  
235 cultura de paz reconhece que, assim como os anjos, os demônios moram dentro de cada um  
236 de nós, não existindo cidadãos de bem puros. Em certas circunstâncias, o monstro de qualquer  
237 pessoa pode ser despertado, e seres humanos presos em histórias destrutivas podem  
238 conseguir, com a ajuda de todos, compreender e superar essas histórias. Mas, a caminhada na  
239 construção da não violência e da cultura de paz é tortuosa, possuindo avanços e retrocessos, e  
240 foi assim que a partir de 2016 nossa sociedade começou a tornar-se cada vez mais propensa à  
241 polarização, cedendo à tendência de excluir e não dialogar com quem pensa e age diferente. O  
242 país se dividiu em duas metades, incentivadas a se acusarem mutuamente de “comunistas” ou  
243 “fascistas”, tornado legítimo ofender e tratar como não humanos quem é considerado  
244 “comunista” ou “fascista”. A resposta violenta às violências passou a receber apoio, não só da  
245 sociedade, como do Estado. A cultura do ódio adversa à democracia se instaurou e passou a  
246 ser alimentada por forças interessadas em lucrar com o crescimento da venda de armas, do  
247 crescente comércio de drogas estrategicamente ilegais, de sistemas de segurança privados. Em

248 2020, assistimos estarecidos à fala do Ministro da Educação, evangélico e de um governo de  
249 extrema direita antidemocrático, porém democraticamente eleito, em um vídeo intitulado “A  
250 vara da disciplina”, afirmando que a punição física preconizada no antigo testamento era  
251 recomendável na educação das crianças. Felizmente, uma coalizão de defensores da  
252 democracia conseguiu vencer, por um triz, as eleições de outubro de 2022, e essa pequena  
253 margem mostra que a cultura do ódio, da divisão, da intolerância, continua viva, borbulhante,  
254 alimentada pela mídia, pelos jogos eletrônicos de guerra, pelo comportamento dos políticos,  
255 pelas conversas nos grupos de *whatsapp*, pelo próprio funcionamento do modelo econômico  
256 dominante que incentiva o individualismo, a competição, a busca de lucro acima de tudo,  
257 acima do respeito à vida e à dignidade dos seres humanos e da natureza. Mas, e a cultura de  
258 paz, a cultura da não violência, da restauração da nossa qualidade de aprender a ser, de  
259 aprender a conviver, de aprender a fazer juntos? Onde está essa cultura agora? A resposta é  
260 óbvia: ela está aqui, com a gente, nesse momento de diálogo, e está em toda parte onde  
261 existem conversações que unem diferentes e diferenças. A cultura de paz não é estridente, por  
262 isso é difícil perceber-la, ela é o fundo, não a figura, é a que nos mantém vivos e em  
263 funcionamento, está em movimento e move milhões de famílias, escolas, universidades,  
264 comunidades, cooperativas, centros de pesquisa e inovação tecnológica, grupos culturais,  
265 artísticos, em defesa do meio ambiente, em defesa de povos originários, no campo e na  
266 cidade, ultrapassa fronteiras nacionais e cria articulações planetárias, liga o passado ao  
267 presente e ao futuro, inspira-se em ensinamentos humanos como de Sócrates, Buda, Jesus de  
268 Nazaré, tantos, desde aqueles primeiros seres humanos que se recusaram a abandonar um  
269 companheiro de viagem que havia quebrado o fêmur, quando do nascimento da solidariedade  
270 humana. Para a **Profª Madza Ednir**, fazemos parte dessa grande história coletiva da  
271 solidariedade, da paz, da não violência, e o desfecho dessa história é incerto, pois caminhamos  
272 na escuridão, mas como dizia o monge católico Thomas Merton: não dependa da esperança de  
273 ter resultados, você pode ter que se confrontar com o fato de que seu trabalho será  
274 completamente inútil, não chegará a nenhum resultado, ou pior, atingirá resultados opostos  
275 ao esperado, e a medida em que você vai se acostumando com essa ideia, você começará a se  
276 concentrar não no desejo de obter resultados com seu trabalho, mas no valor, na correção, na  
277 verdade e na beleza do trabalho em si. Com o término da apresentação, a Presidente  
278 **Conselheira Rose Neubauer** abre a palavra para os comentários dos Conselheiros. A  
279 **Conselheira Guiomar Mello** cumprimenta a Profª Madza Ednir, falando do prazer de ouvir suas  
280 memórias que coincidem em muitos pontos com as suas, lembrando que quando terminou a  
281 sua gestão na SME, infelizmente, foi obrigada a entregar o seu cargo de Secretária para um  
282 indivíduo que trabalhava no DOPS, o aparato de tortura que a Ditadura havia instalado em São  
283 Paulo, sendo uma memória muito dolorosa, mas agradece por provocar e incentivar o desejo  
284 de construir a sua história, pois sua trajetória também possui momentos únicos, transmitindo  
285 por fim um grande abraço. A **Conselheira Lucimeire Cabral** também agradece pela fala da  
286 Profª Madza Ednir, que ao mesmo tempo em que é uma experiência de vida, parece uma  
287 poesia de tantas conexões maravilhosas sobre algo que a Rede Municipal vem discutindo  
288 sobre, por exemplo, a Educação antirracista, os Direitos Humanos, a inclusão e a equidade,  
289 uma fala que reforça o que acreditamos e aponta possibilidades. A **Conselheira Silvana Drago**

290 trata da riqueza do relato da Profª Madza Ednir sobre tudo o que vivemos e o movimento da  
291 Rede Municipal desde a década de 1970 pela cultura de paz. Comenta que o grupo que mais  
292 sofre violência na sociedade são as pessoas com deficiência, e acredita que o movimento de  
293 escuta é fundamental para qualquer tipo de mudança, que não pode acontecer apenas dentro  
294 dos muros da escola. Por fim, a **Conselheira Silvana Drago** pergunta que pontos, além da  
295 escuta, são importantes para a cultura de paz. A **Profª Madza Ednir** acredita que as pessoas  
296 com deficiência são os grandes sinalizadores, pois se esquecemos dos mais frágeis,  
297 esquecemo-nos de nós mesmos, e a grande sinalização da evolução ética de uma sociedade é  
298 a forma como ela trata os mais frágeis. Devemos estar atentos também à atitude do não  
299 julgamento ao lidar com situações que nos desgostam, não entrando na vibração odiosa, indo  
300 além da fala, observando o ser humano que está dizendo aquilo e que possui outras  
301 dimensões com as quais você pode se conectar, pois as pessoas possuem múltiplas facetas,  
302 que escutemos as coisas que nos assombram sem julgar, mas sem deixar de nos assombrar  
303 com elas, a pessoa falou algo monstruoso, mas ela não é um monstro. A **Conselheira Guiomar**  
304 **Mello** pergunta o que a Profª Madza Ednir pensa sobre a cultura do cancelamento, facilitada  
305 atualmente pelas redes sociais. A **Profª Madza Ednir** pensa que falta humildade em nós, pois a  
306 cultura do cancelamento pressupõe que somos moralmente superiores ao outro. Quando  
307 olhamos para dentro de nós mesmos e percebemos a sombra, dimensões inconscientes  
308 horríveis, nos tornamos capazes de compreender o erro do outro. Punimos e cancelamos nos  
309 outros aquilo que queremos cancelar em nós. O cancelamento é a morte em vida, por falta de  
310 autoconhecimento e autorreflexão. A **Conselheira Neide Cruz** pergunta se ainda existe a  
311 cartilha sobre Justiça Restaurativa, com explicação acessível aos professores, alunos e famílias,  
312 e como ela pode ser divulgada. Pergunta também sobre o não funcionamento adequado dos  
313 Conselhos Tutelares (CT). A **Profª Madza Ednir** lamenta que sempre trabalharam muito pelos  
314 Conselhos Tutelares, a fim de os tornar efetivamente representativos. Os canais de  
315 participação que passaram a existir desde a Constituição Federal de 1988, funcionam ainda  
316 hoje de forma difícil, e o Conselho Tutelar que seria o grande elo para que as políticas públicas  
317 chegassem às crianças e aos adolescentes está deixando a desejar. Porém, considera que o  
318 fato deles existirem, e não terem desaparecido, é um avanço. Acredita que muito deve ser  
319 feito e investido nos Conselhos Tutelares. Sobre a cartilha, *“O caminho de São Caetano”*, ela irá  
320 repassar, e um dos capítulos do livro *“Conflitos na Escola: Modos de Transformar”* dedica-se  
321 em especial à Justiça Restaurativa e como utilizá-la na escola, inclusive com o passo-a-passo do  
322 círculo restaurativo. A **Conselheira Rose Neubauer** pergunta às Conselheiras do CME que  
323 estão nas DREs como estão funcionando os Conselhos Tutelares. Antecedendo a resposta das  
324 Diretoras Regionais, a **Conselheira Cristina Cordeiro** comenta que atualmente há fortes  
325 desvios nos Conselhos Tutelares, inclusive com projeto de lei tramitando na Câmara dos  
326 Deputados para autorizar o porte de arma de fogo pelos Conselheiros Tutelares, um total  
327 desvio do projeto inicial e necessário às crianças negligenciadas em seus direitos. Há grupos de  
328 interesse se apropriando do espaço, ou pessoas bem intencionadas que não percebem os  
329 fluxos se encaminharem, com dificuldades de formações e qualificação do trabalho. Desvios da  
330 essência e intencionalidade, questões estruturais de fluxo, apropriação por grupos e falta de  
331 apropriação pela população. A **Conselheira Karen Andrade** agradece as palavras da Profª



332 Madza Ednir, em especial sobre a justiça cognitiva, além da importância de um bom clima  
333 escolar, de participação e voz. Diz ter muita vontade de que a Justiça Restaurativa pudesse  
334 chegar às questões funcionais. São muitos processos de apuração que nos sufocam, para  
335 situações que poderiam ser resolvidas com mediação e diálogo. Respondendo à Conselheira  
336 Rose Neubauer sobre os Conselhos Tutelares, a **Conselheira Karen Andrade** percebe  
337 competências individuais destacadas, a DRE prioriza casos e leva aos Conselhos Tutelares  
338 situações que envolvem a vida ou a violência absurda, e como Diretora Regional de Educação  
339 percebe a ausência, a falta de ação do CT, cumprindo o dever burocrático de informar os casos  
340 sabendo que não haverá ação. A **Conselheira Lucimeire Cabral** completa que há necessidade  
341 de investir em estrutura e em ações formativas, algo que mais identifica na região em que  
342 atua. A **Conselheira Vera Wey** diz que a colocação da Profª Madza Ednir sobre o que cabe a  
343 nós fazer em relação à Justiça Restaurativa veio ao encontro de todas as discussões que o CME  
344 vem fazendo, e o histórico feito para chegar à Justiça Restaurativa mostra o que está  
345 realmente nas nossas mãos, o que é possível fazer. Pergunta, em que medida, quando o  
346 diálogo é interrompido e surge a violência, qual é o papel de cada um de nós em nosso  
347 trabalho na SME, desde o professor na sala de aula, em quais momentos esse diálogo é  
348 interrompido, e como romper com as práticas que levam ao isolamento das crianças e jovens,  
349 superando a fragmentação da escola. A **Conselheira Guiomar Mello** completa o  
350 questionamento da Conselheira Vera Wey trazendo a relação da aprendizagem com as  
351 questões maiores da organização cultural, pois hoje se preocupa com as competências sócio  
352 emocionais como se estivessem descoladas da aprendizagem. Todas as aprendizagens do  
353 currículo estão voltadas para o desenvolvimento das competências, e se não levarmos a sério  
354 as aprendizagens propostas na BNCC e no Currículo da Cidade e ficarmos apenas pensando nos  
355 aspectos sócio emocionais, perdemos essa dimensão de trazer o conhecimento para dentro  
356 dessa arena, como se o cognitivo tivesse vida própria e não devesse se misturar com as demais  
357 questões. A **Profª Madza Ednir** se lembra do texto com as diretrizes para o Ensino Médio  
358 elaborado pela Conselheira Guiomar Mello, que consta os princípios éticos, estéticos e  
359 políticos, texto que costura o quanto um princípio depende do outro e todos se manifestam no  
360 currículo. Para ela é necessário promover uma reflexão sobre textos como estes. Com o  
361 término da apresentação, a Presidente **Conselheira Rose Neubauer** agradece mais uma vez a  
362 Profª Madza Ednir, enaltecendo a sensibilidade da apresentação, sendo um grande despertar  
363 para que não percamos o que foi conquistado no passado, revisitando as boas experiências. A  
364 **Profª Madza Ednir** agradece a confiança depositada, a oportunidade de participar dessa  
365 sessão do CME e todas as considerações realizadas, colocando-se à disposição dos  
366 Conselheiros para outras conversas. Com o avançar do horário e a necessidade de continuar os  
367 assuntos pautados, a Presidente **Conselheira Rose Neubauer** encerra a Sessão Plenária e  
368 encaminha para a 12ª Sessão Conjunta de Câmaras de 2023, agradecendo a presença e  
369 participação dos Conselheiros. A Ata foi lavrada por Mayra Regina Vidal e o comprovante de  
370 participação na videoconferência será utilizado como lista de presença. São Paulo, 17 de  
371 agosto de 2023.

Sessão realizada por videoconferência por meio da plataforma *Microsoft Teams*

**SESSÃO DO CONSELHO PLENO**

**REUNIÃO DO DIA 17/08/2023**

**Horário: 14h00**

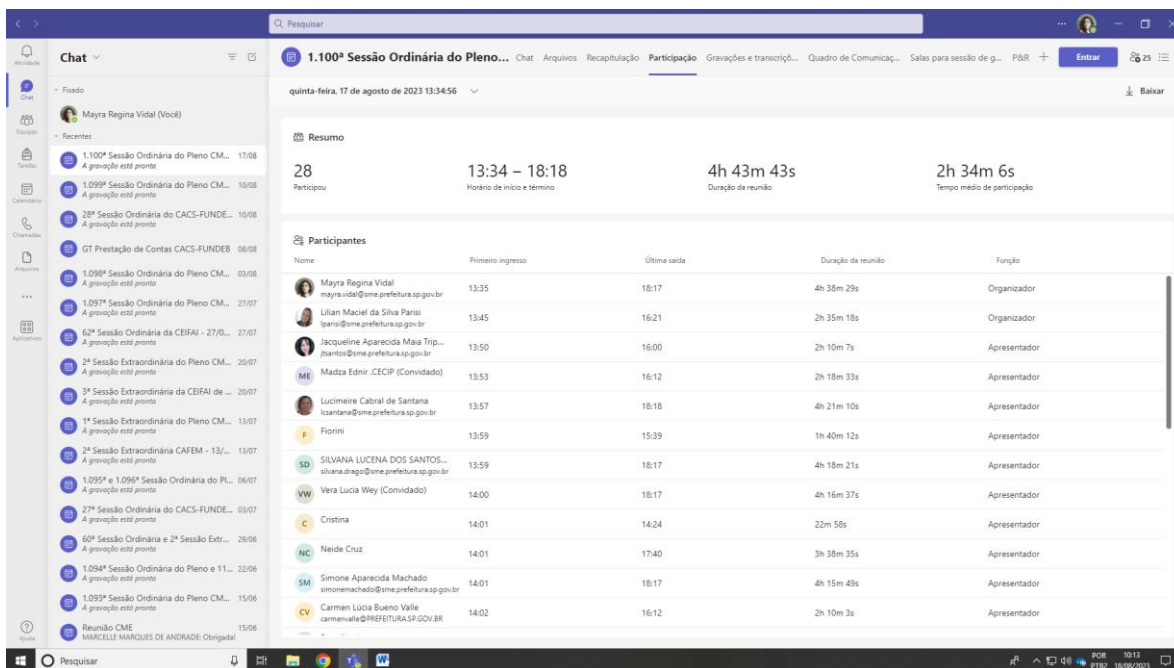
**PRESENÇA DOS CONSELHEIROS**

**CONSELHEIROS TITULARES:**

1. Cristina Margareth de Souza Cordeiro
2. Fátima Cristina Abrão
3. Guiomar Namó de Mello
4. Karen Martins Andrade Pinheiro
5. Lucimeire Cabral de Santana (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
6. Neide Cruz (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
7. Silvana Lucena dos Santos Drago (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
8. Simone Aparecida Machado
9. Teresa Roserley Neubauer da Silva – Rose Neubauer (Presidente CME)

**SUPLENTES:**

1. Carmen Lucia Bueno Valle
2. João Alberto Fiorini Filho
3. Lucilene Schunck Costa Pisaneschi
4. Vera Lucia Wey



Resumo				
28	13:34 – 18:18	4h 43m 43s	2h 34m 6s	
Participou	Horário de início e término	Duração da reunião	Tempo médio de participação	
Participantes				
Nome	Primeiro ingresso	Última saída	Duração da reunião	Função
Mayra Regina Vidal	13:35	18:17	4h 38m 29s	Organizador
Lilian Maciel da Silva Parisi	13:45	16:21	2h 35m 18s	Organizador
Jacqueline Aparecida Maia Tripp	13:50	16:00	2h 10m 7s	Apresentador
Madza Edmir CECIP (Convidado)	13:53	16:12	2h 18m 33s	Apresentador
Lucimeire Cabral de Santana	13:57	18:18	4h 21m 10s	Apresentador
Fiorini	13:59	15:39	1h 40m 12s	Apresentador
SILVANA LUCENA DOS SANTOS...	13:59	18:17	4h 18m 21s	Apresentador
Vera Lucia Wey (Convidado)	14:00	18:17	4h 16m 37s	Apresentador
Cristina	14:01	14:24	22m 58s	Apresentador
Neide Cruz	14:01	17:40	3h 38m 35s	Apresentador
Simone Aparecida Machado	14:01	18:17	4h 15m 49s	Apresentador
Carmen Lucia Bueno Valle	14:02	16:12	2h 10m 3s	Apresentador

# Ata da 1.100ª Sessão Ordinária do Pleno – 17/08/2023

1.100ª Sessão Ordinária do Pleno... Chat Arquivos Recapitulação Participação Gravações e transcriç... Quadro de Comunicaç... Salas para sessão de g... P&R + Entrar

quinta-feira, 17 de agosto de 2023 13:34:56

**Resumo**

28 Participou 13:34 – 18:18 Horário de início e término 4h 43m 43s Duração da reunião 2h 34m 6s Tempo médio de participação

**Participantes**

Nome	Primeiro ingresso	Última saída	Duração da reunião	Função
CV Carmen Lúcia Bueno Valle carmenlucia@prefeitura.sp.gov.br	14:02	16:12	2h 10m 3s	Apresentador
RN Rose Neubauer	14:02	16:38	2h 17m 23s	Apresentador
G Guiomar (Guest)	14:03	18:07	4h 3m 59s	Apresentador
FA FATIMA CRISTINA ABRAO fatimaabrac@ome.prefeitura.sp.gov.br	14:06	18:17	4h 11m	Apresentador
KAREN MARTINS ANDRADE PL... kmartnada@ome.prefeitura.sp.gov.br	14:11	18:06	3h 53m 1s	Apresentador
LUCILENE SCHUNCK COSTA PIS... lucilene.pisaneschi@ome.prefeitura.sp.gov.br	14:25	18:17	3h 52m 35s	Apresentador
Cristina Margareth de Souza Co... cristina.cortese@ome.prefeitura.sp.gov.br	14:25	18:17	3h 51m 53s	Apresentador
F Fiorini	15:52	16:09	17m 41s	Apresentador
Tathiana Augusta Rodrigues Lo... tathianalourenco@ome.prefeitura.sp.gov.br	16:12	18:09	1h 56m 24s	Apresentador
LARISSA DE GOUVEIA larissa.gouveia@ome.prefeitura.sp.gov.br	16:20	18:09	1h 48m 31s	Apresentador
F Fiorini	16:33	17:02	28m 49s	Apresentador
SM sueli mondini (Convitado)	16:34	18:18	1h 43m 53s	Apresentador

1.100ª Sessão Ordinária do Pleno... Chat Arquivos Recapitulação Participação Gravações e transcriç... Quadro de Comunicaç... Salas para sessão de g... P&R + Entrar

quinta-feira, 17 de agosto de 2023 13:34:56

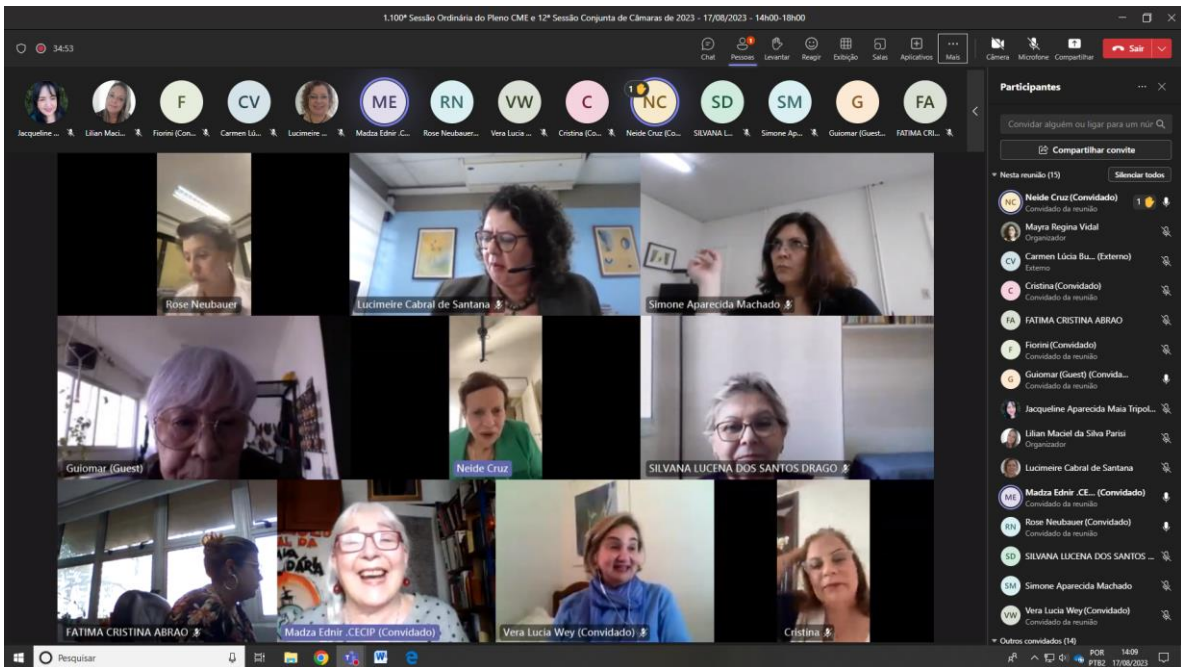
**Resumo**

28 Participou 13:34 – 18:18 Horário de início e término 4h 43m 43s Duração da reunião 2h 34m 6s Tempo médio de participação

**Participantes**

Nome	Primeiro ingresso	Última saída	Duração da reunião	Função
LUCILENE SCHUNCK COSTA PIS... lucilene.pisaneschi@ome.prefeitura.sp.gov.br	14:25	18:17	3h 52m 35s	Apresentador
Cristina Margareth de Souza Co... cristina.cortese@ome.prefeitura.sp.gov.br	14:25	18:17	3h 51m 53s	Apresentador
F Fiorini	15:52	16:09	17m 41s	Apresentador
Tathiana Augusta Rodrigues Lo... tathianalourenco@ome.prefeitura.sp.gov.br	16:12	18:09	1h 56m 24s	Apresentador
LARISSA DE GOUVEIA larissa.gouveia@ome.prefeitura.sp.gov.br	16:20	18:09	1h 48m 31s	Apresentador
F Fiorini	16:33	17:02	28m 49s	Apresentador
SM sueli mondini (Convitado)	16:34	18:18	1h 43m 53s	Apresentador
NC Neide Cruz (Convitado)	16:38	17:39	1h 59s	Apresentador
RN Rose Neubauer	16:39	18:17	1h 35m 9s	Apresentador
CV Carmen Lúcia Bueno Valle	16:40	18:17	1h 36m 44s	Apresentador
NC Neide Cruz	17:40	18:17	36m 46s	Apresentador
Paula Do Nascimento Julio Agn... pagnelo@ome.prefeitura.sp.gov.br	18:09	18:09	1h 53m 36s	Apresentador

# Ata da 1.100ª Sessão Ordinária do Pleno – 17/08/2023



# Ata da 1.100ª Sessão Ordinária do Pleno – 17/08/2023

